

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
CURSO DE GEOGRAFIA: LICENCIATURA PLENA**

ANDERSON SANTOS ASSUNÇÃO

JOSÉ CARLOS VIEIRA SOUTO

KÁTIA REGINA SOUSA MENDONÇA

ARTIGO CIENTÍFICO

**CONFIGURAÇÃO URBANA E O ECOSISTEMA
MANGUEZAL: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO
COROA DO MEIO**

ORIENTADOR:

Prof. Dr^a. Aracy Losano Fontes

**Aracaju
2006**

ANDERSON SANTOS ASSUNÇÃO
JOSÉ CARLOS VIEIRA SOUTO
KÁTIA REGINA SOUSA MENDONÇA

**CONFIGURAÇÃO URBANA E O ECOSSISTEMA
MANGUEZAL: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO
COROA DO MEIO**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Geografia como um dos pré-requisitos de avaliação da disciplina Trabalho de Graduação em Geografia II.

ORIENTADOR:

Prof. Dr^a. Aracy Losano Fontes

Aracaju
2006

**CONFIGURAÇÃO URBANA E O ECOSISTEMA
MANGUEZAL: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO COROA
DO MEIO.**

ASSUNÇÃO, Anderson Santos
anderson.assuncao@yahoo.com.br

SOUTO, José Carlos Vieira
jcvsouto@yahoo.com.br

MENDONÇA, Kátia Regina Souza

FONTES, Aracy Losano (Orientadora)
Graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado),
Mestre em Geociências (Geomorfologia) e Doutora em Geografia (Organização
do Espaço), Profª do Curso de Geografia: Licenciatura Plena da Universidade
Tiradentes – UNIT
aracyfontes@yahoo.com.br

RESUMO

O processo de ocupação do território brasileiro fez com que o litoral passasse por uma transformação e se adequasse às necessidades dos homens. Em decorrência da transferência da população rural para os centros urbanos foi se desenhando uma nova configuração para as cidades brasileiras. Em Sergipe, especialmente no município de Aracaju, esse fenômeno também será marcante considerando que a cidade, quase na sua totalidade, foi sendo construída com o aterramento e destruição dos manguezais. O presente trabalho tem como objetivo a análise da ação humana no ecossistema manguezal tendo como referência o bairro Coroa do Meio. Assim, os levantamentos bibliográficos, cartográficos e documentais foram imprescindíveis na elaboração deste trabalho. Os resultados mostraram a necessidade de uma maior atenção para os manguezais e a conscientização, por parte da população, no sentido de não destruir e sim conservar o ecossistema.

PALAVRAS-CHAVE:

Configuração urbana. Habitações. Impactos ambientais. Ecossistema manguezal. Aracaju.

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano capitalista brasileiro apresenta-se de modo fragmentado, desarticulado e complexo mas, ao mesmo tempo, marcado pelos condicionantes sociais assim como pelos elementos simbólicos. Nele, além das lutas, assiste-se à produção de elementos símbolos, distintivo de grupos sociais, que se acumulam através do tempo engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 2000). A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem.

A complexidade de ação dos agentes sociais – os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos – inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial. Esse, por sua vez, se faz via incorporação de novas áreas no espaço urbano, pela densificação do uso do solo, pela deterioração de determinadas áreas urbanas e renovação de outras e ainda pela relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

O processo de ocupação do litoral manifesta-se animado por múltiplos vetores do desenvolvimento. Contudo, a magnitude do impacto causado e a velocidade de sua disseminação permitem destacar alguns processos como os de maior importância na alimentação desse movimento expansivo que se observa na zona costeira na atualidade: urbanização, industrialização, disseminação de residências e favelização.

No território brasileiro a rede urbana adensa-se na zona costeira, com cidades espalhadas pelo seu vasto litoral, onde se inclui Aracaju.

Por se localizar ao longo da faixa litorânea, área de maior concentração populacional em Sergipe, o manguezal em Aracaju tem sofrido um intenso processo de

degradação desde a sua fundação no século XIX, provocando desequilíbrio em todo o ecossistema e afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento das espécies que dele dependem. Atualmente a diminuição da área do mangue deve-se à forte ação antrópica, principalmente a especulação imobiliária.

Este trabalho pretende compreender a relação entre processos de urbanização e seus efeitos sobre os manguezais, tomando como referência a cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe. Para o seu desenvolvimento foi necessário conhecer a formação desse espaço. Desse modo objetiva-se, também, apresentar uma breve reconstituição histórica acerca da mudança da capital e da efetiva ocupação de Aracaju.

Quanto à metodologia, considerando ser o objeto da investigação de natureza social, começou-se pelo levantamento bibliográfico, mediante a revisão da literatura, de modo a disponibilizar subsídios acerca da problemática e, conseqüentemente, da realização de análises e reflexões. Desse modo, foram utilizados livros de autores clássicos e outros contemporâneos, bem como páginas da Internet, que foram imprescindíveis à elaboração da fundamentação teórica.

Trabalhou-se também com os dados de população de Aracaju e seus bairros tendo como principal fonte os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por último, foram pesquisadas, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, imagens referentes à distribuição dos bairros na cidade de Aracaju.

2. A CONFIGURAÇÃO URBANA E O ECOSISTEMA MANGUEZAL NO BRASIL

As cidades representam ecossistemas urbanos, os quais possuem relações intrínsecas entre sua população, atividades que desempenham e o que produzem, com os recursos disponíveis no espaço natural. Este, por si só, ao contrário das cidades que possuem independência, sobrevivem naturalmente, e muito bem, sem a interferência humana.

Ao longo das muitas civilizações e culturas, as cidades passaram pelo processo de ocupação do espaço natural, moldando-o assim que novos contingentes convergiam para elas, grande parte por razão econômico-financeira. As paisagens naturais são substituídas gradualmente pela imagem urbana, à medida que são construídos edifícios, praças, calçamentos e ruas.

A alta tecnologia e o processo de industrialização crescente transformam cidades em novas metrópoles, que se expandem territorialmente, multiplicando seu contingente populacional. Os espaços se congestionam, tornam-se, em muitos casos, limitados e densos, recriando novos ambientes: o solo, os rios e o ar sofrem alterações assistemáticas e desarmoniosas – os ecossistemas são abalados.

A ocupação do território brasileiro, decorrente de uma economia colonial de exportação determinou, por muito tempo, a estrutura e o padrão da sua rede urbana, de configuração esparsa, litorânea e desarticulada. A par do inestimável legado patrimonial histórico e cultural da fase colonial, o processo de ocupação da costa brasileira repercutiu negativamente sobre o meio ambiente, que exhibe hoje as marcas da exploração secular dos recursos naturais da faixa periférica atlântica.

A série histórica dos censos brasileiros revela que a partir de 1950 o Brasil deixa de ser um país de características rurais para caminhar no sentido de um país mais urbanizado,

quando a expansão do parque industrial do Sudeste, particularmente do Estado de São Paulo, passa a atrair uma grande massa de população migrante, originária de áreas de estagnação econômica do Nordeste. O acréscimo de 26.8 milhões de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 75,59%, em 1991, para 81,23%, em 2000. O conseqüente processo de reestruturação do espaço teve a habitação como a forma de ocupação mais dinâmica nesse processo.

O aumento no número de habitantes nas cidades produz uma crescente necessidade de se construir mais habitações, essa por sua vez ocasiona um acúmulo cada vez maior de lixo residencial que, acompanhado pelos altos índices de poluição industrial, todos esses fatores sugerem, como conseqüência, a descaracterização dos manguezais e, por vezes, até sua extinção na zona costeira.

2.1. Ecossistema Manguezal

Muito se discuti acerca da origem e do significado da palavra mangue, contudo parece não haver consenso entre seus debatedores. Mangue ou manguezal para muitos significa uma “ [...] associação muito especial de animais e plantas que vive na faixa entremarés das costas tropicais baixas, ao longo de estuários, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagunas” (VANNUCCI, 2002, p. 29). Contudo, *mangrove*, palavra de origem inglesa, vem designar floresta, árvores, arbustos.

Esse ecossistema, quando bem gerenciados, pode ser utilizado para a pesca, maricultura, extração de madeira, e outros fins. Porém, não é isso que acontece no litoral brasileiro. Por se localizarem em áreas litorâneas, geralmente de interesse turístico onde o mercado imobiliário exerce forte pressão, acabam sofrendo vários tipos de impactos negativos. Estes, sem dúvida, resultam em prejuízos ao ambiente e, conseqüentemente, à

pesca e outras atividades que dependem do ambiente para sua manutenção.

Sendo os manguezais de usos múltiplos, é importante, ao definir o tipo de uso que se deseja fazer deste ambiente, priorizar aqueles que contribuam para a sua manutenção pois, muitas vezes, essas alternativas são conflitantes ou mutuamente excludentes. Por exemplo, a extração de madeira pode prejudicar a pesca e limitar todos os recursos potenciais.

Para Diegues (1989), a utilização do espaço costeiro, no qual estão inseridos os manguezais, deve acontecer no âmbito do desenvolvimento sustentado, definido segundo a proposta pela IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza, pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA em sua Estratégia Mundial para a Conservação (1980).

No Brasil, os mangues são protegidos por legislação federal, devido à importância que representam para o ambiente marinho. São fundamentais para a procriação e o crescimento dos filhotes de vários animais, como rota migratória de aves e alimentação de peixes. Além disso, colaboram para o enriquecimento das águas marinhas com sais, nutrientes e matéria orgânica. No passado, a extensão dos manguezais brasileiros era maior. Muitos portos, indústrias, loteamentos e rodovias costeiras foram desenvolvidos em áreas de manguezal, ocorrendo uma degradação do seu estado natural.

Os manguezais fornecem uma rica alimentação protéica para a população litorânea brasileira, pois a pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e moluscos, é para os moradores do litoral a principal fonte de subsistência.

Ele foi sempre considerado um ambiente pouco atrativo e menosprezado, embora sua importância econômica e social seja muito grande.

Devido a sua localização litorânea onde em geral, instalam-se as zonas urbanas, sofrem fortes pressões de origem antrópica. De acordo com Schaeffer-Novelli (1989), num total de 30 ecossistemas enumerados para o litoral brasileiro, os manguezais são os mais

afetados.

Os manguezais localizados no Brasil vêm gradativamente sofrendo graves alterações ambientais, de forma contínua nas últimas três décadas. Essa degradação do manguezal não é exclusividade da região norte ou sul do Brasil, ela vai ocorrer em toda a extensão do país.

Em Sergipe, os manguezais ocorrem na desembocadura dos principais rios, sendo mais significativos nos estuários dos rios Piauí-Real e do Vaza-Barris. Em 1975, o estado contava com 555,7 Km² de área de mangues, de acordo com a EMBRAPA (1981). De acordo com o projeto RADAM Brasil esta área foi reduzida para 468,7 Km² e, atualmente, segundo a Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), Sergipe conserva ainda, uma área de aproximadamente 262 Km².

Em Aracaju, a necessidade de novas habitações para uma população sempre em expansão, associada à deposição de efluentes domésticos e industriais são os fatores principais para a degradação do manguezal. A ocupação dos bairros Industrial, Treze de Julho, Jardins e Coroa do Meio dentre outros, deu-se com o aterramento do manguezal sendo, portanto, criado um solo que não está em harmonia com o meio ambiente.

A deterioração do manguezal ocorre pelo uso de seu ecossistema como um todo, atuando como importante elemento constituinte da zona costeira tropical. Esse cinturão verde não requer nenhum custo adicional, ele é capaz de manter-se e perpetuar-se, podendo vir a atuar como elemento protetor de dispersão contra ventos, maremotos, ciclones e tempestades, em geral. Os seus benefícios são imensos, específicos de cada lugar ou contexto. Contudo, esse bem tão precioso parece estar ameaçado diante dos riscos proporcionados em nome do progresso.

No entanto, o maior problema enfrentado pelos manguezais é a elevada densidade populacional no litoral, sobretudo no Brasil. A atuação nociva sobre os manguezais tem

provocado impactos profundos. Ela ocorre sobre fortes pretextos ditos civilizatórios com desmatamentos e aterros para a implantação de zonas residenciais, como é o caso da cidade de Aracaju, fortemente atrelado à especulação imobiliária, ou ainda, para a implantação de indústrias, seja urbanas ou turísticas, que muitas vezes acabam contaminando ainda mais os mangues.

Em Aracaju, a exemplo do que acontece em outras regiões, como as cidades do Rio de Janeiro, Santos, Salvador, Recife e Vitória, os resíduos urbanos sólidos são depositados nos manguezais, sobretudo na orla dos bairros Industrial e Treze de Julho.

Com a necessidade de se construir mais habitações para uma população que cresce no município de Aracaju e não tendo mais como expandir a cidade para outras áreas é que se intensifica ainda mais a retirada da cobertura vegetal as margens do Rio Sergipe. Assim a cidade foi ocupando espaços que antes faziam parte de áreas pertencentes ao ecossistema característico do litoral brasileiro e destruindo esse ambiente de grande importância no equilíbrio ecológico. Os impactos causados pela ação antrópica no manguezal podem ser percebido principalmente, com a diminuição dos crustáceos, em especial o caranguejo, que atualmente estão vindo de outros estados do nordeste, como é o caso do Ceará e Rio Grande do Norte.

Nos bairros Treze de Julho e Jardins é possível observar a diminuição dessas áreas para a construção de residências e pólos comerciais sem nenhuma preocupação com o meio ambiente. A força existente na especulação imobiliária proporciona a perda de identidade do manguezal e dão a esses bairros um valor econômico que antes, no início da construção da cidade de Aracaju, não possuíam.

Assim, o poder público municipal, como agente gestor do espaço urbano, é um dos grandes responsáveis nesse processo, porque legaliza áreas que poderiam estar sendo preservadas e destinadas à utilização sustentável.

3. A CIDADE DE ARACAJU E O SEU CONTEXTO

A história da capital de Sergipe, Aracaju - antigo povoado Santo Antônio de Aracaju -, é uma das mais inusitadas. Sua fundação ocorreu inversamente ao convencional. Ou seja, não surgiu de forma espontânea como as demais cidades, foi planejada especialmente para ser a sede do Governo do Estado. Passou à frente de municípios já estruturados, principalmente São Cristóvão, do qual ganhou a posição de capital. Acredita-se que uma capelinha, a Igreja de Santo Antônio, erguida no alto da colina, tenha sido o início da formação do arraial que se transformaria depois na capital do Estado.

O projeto da cidade se resumia em um simples plano de alinhamentos de ruas dentro de um quadrado com 1.188 metros. Estendia-se da embocadura do Rio Aracaju (que não existe mais), até as esquinas das avenidas Ivo do Prado com Barão de Maruim, e a Rua Dom Bosco (antiga São Paulo).

A cidade cresceu inflexível dentro do tabuleiro de xadrez. Aterrou vales e elevou-se nos montes de areia. Foram feitas desapropriações onerosas e desnecessárias, para que o projeto mantivesse a reta. A única exceção foi uma alteração imposta pelo próprio presidente, permitindo que a Rua da Frente ganhasse uma curva, criando a bela avenida que margeia o rio Sergipe.

3.1. Breve Histórico de seu Surgimento

No século XIX, a província de Sergipe crescia em produtividade, mas não conseguia dar vazão a toda produção. A criação de um porto no Vale do Cotinguiba (atualmente Rio Sergipe) seria a opção mais racional. Em 1835, Inácio Joaquim Barbosa, presidente da província retoma o assunto, mas com outra preferência.

São Cristóvão já apresentava traços de decadência. Muitas ruas sem calçamento, estreitas e tortuosas. Havia poucos prédios públicos, o comércio era modesto e as transações comerciais inexistentes. Não havia nenhuma casa estrangeira de arte e intercâmbio cultural, ou indústria. Mas o principal motivo era a questão hidrográfica, por situar-se no fundo do rio Paramopama, bacia do rio Vaza-Barris, com dependência de marés e dificuldades para navegação, com marés baixas que não permitiam nem o fluxo de canoas, muito menos a construção de um porto. Apesar do romantismo colonial com belos casarios e sobrados, calçadas de pedras portuguesas e mosaicos de azulejos nas fachadas, era o lugar menos próprio para ser capital de uma província que crescia e se moldava aos padrões da modernidade. Era preciso escolher um novo local. No povoado de Santo Antônio do Aracaju já existia uma escola e uma capela - o templo religioso mais antigo de Aracaju.

O presidente da província simpatizava com esta opção, mas apresentou duas alternativas aos deputados. Na primeira, a capital sergipana passaria a ser na Barra dos Coqueiros, na época pertencente ao município de Santo Amaro das Brotas. Situada na margem esquerda do rio Sergipe, possuía boa localização, mas existiam poucas nascentes de água potável.

A segunda opção era o povoado de Santo Antônio, na margem direita do mesmo rio, com fartura de água e tendo ao fundo o fértil município de Nossa Senhora do Socorro. No dia 02 de março de 1855, a Assembléia Legislativa da Província foi convocada para uma sessão em uma das poucas casas que existiam em Aracaju.

O projeto era a elevação do povoado Santo Antônio à categoria de cidade e, automaticamente, capital. A perplexidade dos deputados foi tão grande que muitos votaram a favor e só perceberam exatamente do que se tratava quando no término da sessão se depararam com a paisagem exuberante das praias em Aracaju, os areais, brejos e manguezais

e não conseguiam compreender como um lugar pantanoso e desabitado se tornaria a capital da província.

Após todas essas manobras políticas nada mais poderia impedir a marcha do projeto e, em 17 de março de 1855, a Lei é sancionada. Aracaju já nasceu capital. Esta ousadia é uma das marcas da cidade que perdura até os dias atuais. Inácio Barbosa foi acusado de representar, não apenas, os interesses do Barão de Maruim, bem como, de ser um “mulato, pobre, porém honrado”, alcunha próprio do período oitocentista, quando dominava no Brasil uma elite escravocrata e preconceituosa (NUNES, 2006).

Sendo constituído por ambientes de formação geológica recente e de grande variabilidade natural, o sítio urbano de Aracaju apresentava ecossistemas naturais fisicamente inconsolidados e ecologicamente imaturos e complexos. Tais circunstâncias lhe conferiam características de vulnerabilidade e fragilidade, com graves conseqüências nas suas condições ambientais. Portanto, Aracaju desde o início de sua ocupação ocupou áreas de ambientes inadequados à construção. Desobedecendo a um traçado prévio, deu início a um processo histórico de degradação ambiental, de espoliação e segregação urbana.

3.2 A Geomorfologia da Cidade de Aracaju.

O Estado de Sergipe possui oito unidades geomorfológicas. Entretanto, o sítio do município de Aracaju encontra-se situado, sobretudo na unidade planície litorânea. Deve-se ressaltar que esses sedimentos que compõem a planície litorânea são provenientes do período Quaternário, com predomínio dos holocênicos, resultantes dos processos de acumulação marinha, fluviomarinha, fluvial e eólica.

A expressão geomorfologia social refere-se à forma como a ação humana viabilizou a implantação da cidade de Aracaju, interferindo em seu tecido geomorfológico,

não apenas via desmontes de dunas e cordões litorâneos, mas também através de aterros nos pântanos, córregos, baixadas e mangues, dando origem a um verdadeiro solo criado, necessário para a viabilização do plano da expansão da cidade de Aracaju.

Nas áreas dos bairros Coroa do Meio e Atalaia e na zona de expansão urbana de Aracaju, localizadas no centro-sul do município de Aracaju, são encontrados os cordões litorâneos, lagoas e dunas costeiras, pertencentes à unidade geomorfológica planície marinha, como também a planície fluviomarina, na bacia estuarinas do rio Sergipe.

Espraiando-se por um ambiente estuarino, na margem direta do rio Sergipe, numa estreita faixa de terra baixa e alagável, entre dunas, mangues e pântanos, a partir de 17 de março de 1855 a nova capital dos sergipanos inicia sua trajetória, não a partir da colina do Santo Antônio, onde sua origem está tradicionalmente vinculada.

Portanto, desde o início, o plano urbanístico de Aracaju desafiou a capacidade da engenharia da época. A cidade foi implantada numa área de pântanos e charcos. O desenho urbano foi elaborado por uma comissão de engenheiros, tendo como responsável Sebastião Basílio Pirro. O ilustre engenheiro elaborou um plano de alinhamento, apresentando-o dentro de um quadrado de 1.188 metros, onde estavam traçados quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braços de largura, separados por ruas de 60 palmos. Era a simplicidade e o rigor geométrico. Esta primeira concepção só feria seus limites extrapolados após cinquenta anos, quando a população menos abastada começou a pular o "quadrado de Pirro".

No ano seguinte ao surgimento, em 1856, dois duros golpes afetaram o andamento do processo de ocupação: a morte do presidente da província, o idealizador, e a epidemia de cólera que assolava o Brasil. A sorte da jovem capital estava lançada. O mais inexplicável é o fato de uma série de acontecimentos negativos não terem provocado uma reação em cadeia nos moradores, o que seria facilmente alimentada pelos inimigos da nova capital, já sem seu principal defensor. Paradoxalmente, a morte de Inácio Joaquim Barbosa e a epidemia de

cólera salvaram a cidade. Não se podia duvidar da força e da resistência de um organismo que, recém-nascido, conseguiria sobreviver a tão duras provações. Era a prova de que Aracaju seria uma cidade de gente que não se deixa abater e que está sempre disposta a recomeçar.

A visão paisagística, histórica e cultural da cidade reflete, ao longo de sua história, que houve redução progressiva da superfície de manguezal em detrimento da contínua pressão imobiliária associada ao processo de invasão. Apesar da sua permanência a paisagem reflete, sobremaneira, as alterações causadas nos fatores bióticos e abióticos desse ecossistema, traduzidas nas composições florística e faunística.

Assim, o meio ambiente sofreu intensa modificação desde a implantação da cidade, em 1855, até os dias atuais, tendo em vista o aumento crescente da malha urbana.

O sítio urbano de Aracaju apresenta intensa fragilidade ambiental em decorrência da presença das rias do Sergipe e do Vaza-Barris. Além disso, o clima úmido e os solos arenosos com lençol freático alto contribuem para intensificar os problemas de macrodrenagem e de saneamento básico.

3.3. Atividade Econômica e Urbanização

Aracaju era ainda uma província com mais de 20.000 habitantes, quando em 15 de fevereiro de 1884 foi fundada a indústria têxtil Sergipe Industrial S/A (SISA S/A) no Bairro Chica Chaves, atual Bairro Industrial. Nessa ocasião, a Província ainda era uma fronteira agrícola para a expansão da cana-de-açúcar e, secundariamente, algodão – configurando, portanto, condições para expansão da indústria têxtil.

O Bairro Industrial foi se expandindo lentamente, com a edificação de novas residências e fábricas que foram se fixando gradativamente, gerando renda e empregos,

diretos e indiretos, a exemplo da Serigy Moinho Sergipe S/A. Aliás, são elas as grandes referências do Bairro que até hoje permanecem vivas no cotidiano dos moradores. A localização das atividades industriais na área foi resultante da proximidade do porto, que tanto importava matéria-prima como escoava a produção.

Pouco tempo depois da fundação da Sergipe Industrial (18 de outubro de 1907) surgiu a Fábrica Confiança, a segunda no ramo de fiação e tecelagem no Bairro Industrial e a terceira do Estado de Sergipe, com a denominação de Ribeiro Chaves e Cia.

Seguindo os moldes europeus, pois o capital estrangeiro também se fazia presente, essas primeiras unidades têxteis também promoveram, a partir de meados do século XIX, um novo tipo de habitação para a emergente classe proletária, que foram as casas geminadas. Ainda que em número mais reduzido detecta-se, no Bairro, a presença dessas casas destinadas, atualmente, a população de baixa renda, junto a outros tipos característicos de renda mais elevada.

Ainda nas primeiras décadas de sua formação, o crescimento da população e a importância da função administrativa, associada à da portuária, começaram a exigir o aparecimento de novas funções na capital, que aos poucos se foi impondo como centro comercial.

Embora seja o mais importante centro industrial do Estado de Sergipe, congregando pequenas unidades fabris, a atividade econômica de Aracaju concentra-se, essencialmente, no setor terciário. Ele é responsável pela maior parte dos serviços e estabelecimentos urbanos da cidade, em especial os de porte médio no âmbito nacional.

Os indicadores do mercado de trabalho, segundo o Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS, 2001), reforçam a importância do setor terciário (comércio, bancos, serviço público, seguros, serviço médico-hospitalar, educação, comunicações, etc.).

O município de Aracaju concentra a maioria dos estabelecimentos industriais de Sergipe, com participação expressiva de indústria de transformação.

Ao analisar a expansão da ocupação urbana ocorrida até o início do século XX, percebe-se a ocorrência de significativas alterações. Nota-se a diversificação da área construída no núcleo original, uma ampliação do perímetro da área urbanizada, principalmente em direção ao eixo rodoviário e aos ramais de ferrovia que ligavam Aracaju ao restante do estado, sobretudo na direção sul da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX incrementa-se o processo de ocupação da periferia da cidade, com os intensos fluxos migratórios de um contingente de população de baixa renda, vindo pela dispensa de trabalho no campo. A população rural que invadiu a cidade não encontra emprego e procura rendimentos no mercado informal, engrossando as fileiras das antigas ocupações – biscates, serviços domésticos, venda ambulante etc. – como forma de obtenção de condições mínimas de sobrevivência individual e familiar.

Dessa forma, originou-se um grande contingente de desempregados e subempregados, que se manifesta com o crescimento dos chamados “bairros pobres”, nos arredores imediatos do centro e, posteriormente, com maior nitidez, através das chamadas invasões, principalmente em áreas de manguezais.

O que agora se observa, emergindo no bojo dessas mudanças, é uma segregação espacial esboçada na separação de classes de renda na escala de cidade. Esse fenômeno manifesta-se com a ocupação de determinadas áreas urbanas mais afastadas do centro da cidade, na direção sul, em bairros como a Praia Treze de Julho Jardins e Atalaia que passam a abrigar população de renda mais alta (famílias vindas de antigas residências do saturado centro antigo e proprietários rurais recém fixados na cidade). Ao mesmo tempo, surgem novos bairros pelos arredores oeste da cidade.

A criação da Petrobrás, em 1954, parece ter desempenhado um papel fundamental

na ampliação da estrutura viária em torno de Aracaju, com a implantação de pequenas estradas de acesso aos poços de perfuração de petróleo, ampliando as articulações espaciais com os municípios vizinhos. A descoberta do petróleo teve ainda um papel importante na geração de empregos e no perfil dos salários.

Embora a demanda habitacional represente o mais forte indutor da expansão urbana, o asfaltamento da rodovia BR 101 e a construção do Terminal Rodoviário, configuram áreas de expansão intra-urbana que foram, na década de setenta, objeto de inúmeros loteamentos e especulação imobiliária, ampliando significativamente, a malha urbana.

3.4. Urbanização e Dinâmica Populacional.

O Estado de Sergipe apresenta crescimento urbano impulsionado por dois setores – o populacional e o das atividades econômicas. No primeiro podem-se destacar as correntes migratórias, e o crescimento vegetativo. O crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração de terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura. Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e de pessoas de baixa renda procedentes as cidades do interior de Sergipe e de outros Estados, sobretudo de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Paraíba. Esta migração tem sido, em parte, induzida pela política habitacional desenvolvida pelo governo estadual e pela perspectiva de emprego.

No âmbito da população total, historicamente o estado de Sergipe vem aumentando o seu contingente populacional, com um acréscimo de 1.135.161 habitantes no

período de 1950 a 2000, o que significa um incremento de 176,17% da população neste período, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Sergipe - Evolução da População 1950-2000

| Situação do domicílio | População Residente por Ano | | | | | | |
|-----------------------|-----------------------------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 | 2000 |
| TOTAL | 644.361 | 749.362 | 900.744 | 1.140.121 | 1.491.876 | 1.694.175 | 1.779.522 |
| Urbana | 204.984 | 286.731 | 415.415 | 617.796 | 1.002.877 | 1.140.569 | 1.270.429 |
| Rural | 439.377 | 462.631 | 485.329 | 522.325 | 488.999 | 483.606 | 509.093 |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Contagem da População – 1996.

O predomínio da população urbana, detectado em 1980, intensifica-se em 1996, quando passa a significar 67,22% da população total e, em 2000, representa 81,2%.

Acompanhando as transformações demográficas ocorridas no Estado assiste-se a um esvaziamento das áreas rurais e um acelerado processo de urbanização. Motivado, sobretudo, a partir da década de 1970, com a crescente intervenção do poder estatal na economia, resultando na ampliação do parque industrial, da diversificação do comércio e de serviços, no avanço do desenvolvimento capitalista no campo e na conseqüente migração campo-cidade.

O expressivo contingente populacional da Microrregião Geográfica de Aracaju, que representou 37,87% da população total do Estado em 2000, apresentou uma taxa de urbanização de 98,31 %, tendo em vista a inserção da capital Aracaju na maior parte das atividades econômicas do Estado, notadamente no comércio, indústrias e prestação de serviços.

A Grande Aracaju, que segundo a Lei nº 2.607 de 24 de dezembro de 1986,

abrange os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda e Riachuelo, ocupa 9,93% do espaço sergipano, representando 40,05% da população sergipana, em 2000. A população de Aracaju atingiu no mesmo ano, um total de 461.534 habitantes.

A série de censos (1960-2000) mostrou que a população de Aracaju vem experimentando sucessivos aumentos em seu contingente, correspondendo, em valores absolutos, a 345.821 habitantes no período, conforme tabela abaixo. Esse acréscimo resultou no aumento do seu grau de urbanização, que passou de 97,22% em 1960 para 100% em 2000 e refletiu na ocupação do manguezal, cuja área teve redução significativa, principalmente nos bairros Treze de Julho, Jardins e Coroa do Meio.

Distribuição da População Rural/Urbana (1960-2000)

| Anos | População | | | Densidade Demográfica |
|------|-----------|-------|---------|------------------------|
| | Urbana | Rural | Total | (hab/km ²) |
| 1960 | 112.500 | 3.213 | 115713 | 636,48 |
| 1970 | 179.276 | 4.394 | 183.670 | 1.010,29 |
| 1980 | 287.900 | 5.200 | 293.100 | 1.612,21 |
| 1991 | 359.321 | - | 359.321 | 2.213,09 |
| 1996 | 428.900 | - | 428.194 | 2.355,30 |
| 2000 | 461.534 | - | 461.534 | 2.538,69 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos - 1960-2000. Contagem da População – 1996

A população total de Aracaju, em 2000, era de 461.534 habitantes, com predomínio do sexo feminino (245.647), distribuídas por 35 (trinta e cinco) bairros: Aeroporto, América, Atalaia, Bugio, Capucho, Centro, Cidade Nova, Cirurgia, Coroa do Meio, Dezoito do Forte, Farolândia, Getúlio Vargas, Grageru, Inácio Barbosa, Industrial, Jabotiana, Jardim Centenário, José Conrado de Araújo, Lamarão, Luzia, Novo Paraíso, Olaria,

4. URBANIZAÇÃO DO BAIRRO COROA DO MEIO

Coroa do Meio é a denominação atribuída ao conjunto de “solos criados” sobre antigas “coroas” de depósitos flúviomarinhas nas desembocaduras dos rios Poxim e Sergipe no Oceano Atlântico, próximo ao antigo balneário de Atalaia Velha. Essa área constitui-se num elemento fundamental do sítio urbano de Aracaju e sua origem se associa à dinâmica costeira.

Ao longo do tempo, a Coroa do Meio “conservou” em seu bioma uma paisagem vista por muitas pessoas como ambiente feio, degenerado e “imprestável para urbanização”.

A partir de 1975 a Prefeitura de Aracaju requereu direitos para posse e uso da área da Coroa do Meio, junto ao governo federal, com a intenção de promover meios para integrá-la ao conjunto urbano da capital.

Após a oficialização das concessões por decreto federal, a municipalidade providenciou o encaminhamento de medidas para implementar um programa, que seria viabilizado através da adesão da Prefeitura de Aracaju ao Programa de Complementação Urbana, executado pelo Programa de Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada (CURA) e BNH, a partir de 1976.

Durante a implantação do projeto, vários incidentes se sucederam desde aqueles relacionados às características técnicas de desenvolvimento da obra, até aos de caráter ambiental, passando por conflitos gerados entre os interesses dos responsáveis por sua construção e os ocupantes daquela área (antigos e novos moradores).

No início da década de oitenta quando a cidade contava com uma população de 293.131 habitantes, todo o litoral sul aracajuano era indistintamente chamado de Atalaia. Pela Lei Municipal nº 873/82 foi dividido em quatro bairros: Coroa do Meio, Farolândia, Atalaia e Aeroporto (Santa Tereza), onde já existiam áreas com favelização no ecossistema manguezal.

Como parte das ações do Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS), dentro do Subprograma Desenvolvimento Institucional (DI) do Programa Habitar Brasil, foi realizado levantamento preliminar das ocupações irregulares e degradadas do município onde se incluem nas áreas de manguezais, gerando a Hierarquização dos Assentamentos Subnormais.

Após essa primeira etapa de urbanização da Coroa do Meio aconteceu à segunda, com conflitos entre moradores e policiais do corpo de bombeiros. Assim como a primeira etapa, essa também foi marcada por suspeitas de corrupção e superfaturamento pela mesma empresa.

A contradição marcou claramente a segunda etapa da obra. Destaque-se aqui a insistente menção, em documentos oficiais, entrevistas e na própria imprensa local, de que os seus propósitos eram os de atender às necessidades urbanas mais urgentes de Aracaju, principalmente das classes sócias de baixa renda. Mais uma vez, um engano. Os anúncios publicitários para a venda dos lotes indicaram claramente o caráter elitista da obra e a quem ela se destinava.

Visando garantir acordos e honrar compromissos políticos assumidos, a Prefeitura de Aracaju acionou mecanismos que viabilizassem a continuação das obras da Coroa do Meio, agora na sua terceira etapa. Mais uma vez suscitaram as suspeitas recorrentes nas etapas anteriores, mas mesmo assim as obras continuaram.

È público diante dos fatos mencionados acima que a urbanização do bairro Coroa do Meio passou por etapas que além do prejuízo ambiental ao ecossistema manguezal também teve conseqüências indesejáveis, principalmente para a população das classes mais pobre de Aracaju. Percebe-se que o aterramento dessa localidade e a expulsão das pessoas mais carentes viriam a atender a necessidade da classe dominante no final da década de 1970 que começava a se “afastar” da área central da cidade de Aracaju.

No bairro Coroa do Meio era cada vez maior o número de residências que se instalavam de forma lícita, através do consentimento do poder público municipal como também de forma ilícita, com invasões constantes de pessoas que impossibilitadas, por diversos fatores, de ter uma melhor condição de vida e de moradia, se estabeleciam nesses locais precariamente expostos aos mais diversos tipos de transtornos, não só a saúde como a própria vida humana.

Com o estabelecimento dessa população, acaba sendo inevitável a degradação e até a destruição dos manguezais. Nesse local, quando a ocupação humana começa a se propagar, não é só o mangue (plantas) que é degradada, é todo um ecossistema que depende dessa área para sobreviver, procriar ou até como ponto de parada ou descanso a determinadas espécies que migram temporalmente para outros lugares e precisam se refugiar até que possam seguir seu caminho novamente. Com isso, todo um desequilíbrio ambiental está formado, com a mortandade de peixes, crustáceos, plantas, aves e outros que possuem como habitat natural para a sua sobrevivência o manguezal. A diminuição dessa área além de provocar os prejuízos citados acima e muitos outros, também faz com que a cidade de Aracaju, especificamente o bairro Coroa do Meio, fique desprotegida da ação marinha nesse ambiente. Com a falta desse ecossistema, as temperaturas tendem a ser elevadas, visto que o ciclo hidrológico será ineficiente e assim prejudicando todo um processo de reposição e circulação d'água.

Assim como a ocupação humana, o lixo doméstico também ocasionado pelas ações antrópicas é outro grave problema à sobrevivência desse lugar: latas de cerveja, de refrigerante, e de leite em pó, pneus, roupas velhas, resto de comida, sacos plásticos, garrafas, sapatos, esgoto doméstico podem ser observados no que ainda resta de manguezal.

Atualmente, o projeto Moradia Cidadã UAS no bairro Coroa do Meio, implementado pela Prefeitura Municipal de Aracaju visa à reurbanização do bairro executando obras na área

de forma integrada, com intervenções físicas e sociais aprovadas pelos agentes desse programa e pela população beneficiada, de modo a proporcionar uma significativa mudança no espaço, no sentido de uma melhoria nas condições de vida da população, tendo em vista a preservação ambiental e o atendimento de necessidades mínimas dos moradores da área.

5. CONSIDERAÇÕES

Um dos grandes problemas da humanidade hoje está inquestionavelmente no dilema: como adentrar no progresso sem destruir a natureza? Aderir ao estigma da modernidade significa quase sempre a destruição dos recursos naturais e, conseqüentemente, desequilíbrio ecológico.

O prejuízo à natureza parece inevitável, mas como torná-lo menor? Todos sabem que esses bens encontram-se, muitas vezes, protegidos por leis (VANNUCCI, 2002, p. 205), o problema é que elas quase sempre existem de direito, mas não de fato, ou seja, são leis que não possuem nenhuma eficácia.

É preciso mudar a ideologia herdada do século XIX, que via o verde como sinônimo de atraso, só porque lembrava o espaço rural. Talvez a saída seja a criação de projetos que viabilizem um desenvolvimento sustentável que muitas vezes perpassa pelo turismo ecológico, rural e, porque não dizer, em áreas de manguezais.

O que pode ser constatado é que o litoral brasileiro é composto de áreas que desde o descobrimento passam por graves problemas de ordem ambiental devido à exploração, pelo homem, de seus recursos naturais. O manguezal sofre essa ação e vem tendo como conseqüência distúrbios em seu meio ocasionando a extinção de espécies que necessitam de um equilíbrio nessa área para sobreviverem e se reproduzirem.

Em nome do “progresso” esses locais acabam sendo requisitados para dar lugar a mais uma região com um solo criado para edificação de equipamentos que servirão à sociedade e aos interesses das classes sociais dominantes e que estão dispostas a destruir se preciso for.

Dessa forma, apesar de códigos ambientais de proteção e preservação dos manguezais terem sido elaborados com a finalidade de se criar uma barreira, principalmente a especulação imobiliária, é evidente que não vem produzindo o efeito desejado em especial pelos ambientalistas. Mesmo com esses instrumentos de defesa o poder público faz “vistas grossa” a toda uma situação que se exige dos poderes constituintes uma ação mais enérgica para impedir a degeneração do ecossistema manguezal. O município como tutor desta área é o responsável por sua preservação e deve buscar a melhor opção para conter a sua ocupação e destruição.

Em nome de uma expansão urbana e turística muito se destruiu dos mangues, poluindo, aterrando ou desmatando. Essa é uma característica constante no Brasil, em especial no litoral nordestino.

Essa característica de degradação do manguezal no Brasil também se faz presente no município de Aracaju que vai aos poucos perdendo essas áreas desde a fundação da cidade até os dias atuais com os aterros para a construção de casas comerciais, industriais, residências e aparelhos urbanos entre outros. Aracaju infelizmente encontra-se nesse processo, em parte provocado pelo dilema preservar e permanecer no atraso ou destruir e seguir rumo ao progresso?

Com isso ainda hoje o manguezal do município de Aracaju está seriamente ameaçado pela ocupação irregular que, efetivamente, não foi controlada.

Cedendo espaço ao progresso, juntamente com a especulação imobiliária, espaços de preservação ambiental foram e são constantemente invadidos em Aracaju. Surge assim o

bairro Coroa do Meio, em 1979, com vários problemas de ordem ambientais e conflitos populacionais.

A preservação do meio ambiente deve predominar em qualquer circunstância e para que isso ocorra é necessária à conscientização por parte da população no que se refere à não destruição dos manguezais que margeiam a costa brasileira e o exercício da cidadania na tentativa de ainda salvar o que resta dessa área rica em espécies.

REFERENCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato de. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).

DIEGUES, A. C. Planejamento e gerenciamento costeiro: alguns aspectos. In: I ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 1989, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 1989. V.3. p. 112-150.

IBGE. *Dados estatísticos da população*. 2000.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiro, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal. São Paulo: IOSP, n.7, 1989. *Publicação especial*.

SEPLAN. *Divisão dos bairros*. 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Dissertação de Mestrado: *Ponta dos Mangues*. 1997.

VANNUCI, Marta. *os manguezais e nós: uma síntese de percepções*. 2. ed. ver. e ampli. São Paulo: EdUSP. 2002.

VERNIER, Jacques. *O meio ambiente*. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

Documentos e imagens via internet:

1920, A década da imagem. Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/lab/ler.asp?id=7990&titulo=lab> > acessado em: 25 de maio de 2006.

BARÃO de Maruim. Disponível em: < <http://www.achesergipe.com.br/barao.htm> > acessado em: 25 de maio de 2006.

FRAGMENTOS da História: Disponível em < <http://www.infonet.com.br/150anos/artigos.asp> > acessado em 09 de nov. de 2005.

NUNES, Maria T. O significado do dia 08 de Julho na História de Sergipe. < <http://www.aracaju.com/pagina.php?obj=cultura&var=566&PHPSESSID=2741338831333d6699397ba5ab9e54b0> > acessado em: 25 de maio de 2006.